

Os currículos na educação superior no Brasil no cenário de financeirização e dívida

Higher education curricula in Brazil in the context of financialization and debt

Rochester Santana Lima*

Resumo: uma caracterização qualificada da formação em nível de graduação na educação superior no Brasil deve preocupar-se em situar este processo ao contexto de **contrarreforma** da educação superior. Contudo, este cenário compõe um contexto ainda mais amplo, do redimensionamento das políticas sociais no país e, especificamente, da política social para a educação, em suas relações com as transformações ocorridas no mundo do trabalho. Neste sentido, este artigo retoma os processos de **reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização**, com o objetivo de explicitar seus impactos na constituição dos discursos e estratégias acadêmico-curriculares para a educação superior no Brasil.

Palavras-chave: Educação Superior. Currículos. Teoria do Capital Humano. Sociedade do Conhecimento. Pedagogia das Competências.

Abstract: a quality characterization of bachelor's degree formation in Brazil's higher education must place this analysis to the **counter-reform** process. However, this scenario is part of an even wider context, of social politics redimensioning in the country and, more specifically, of education policies, in its relations with changes occurred on the labor world. Therefore, this article approaches the process of **restructuring production, neoliberalism and financialization**, aiming to explicit its impacts on conforming curricula-academic discourses and strategies on Brazil's higher education.

Keywords: Higher education. Curricula. Human Capital Theory. Knowledge Society. Pedagogy of Knowledge.

Introdução

Não nos restam dúvidas de que a atual conformação da educação superior pública no Brasil pode ser remetida a muitos desdobramentos do chamado processo de reestruturação produtiva, que exigiu, a partir da instauração de um regime de acumulação flexível¹ (HARVEY, 2003) no capitalismo mundial, a emergência de diferentes elementos que configuraram a educação superior pública e privada no país. Contudo, após a categórica implantação do neoliberalismo no país,

* Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestrado em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, Professor Substituto no Departamento de Serviço Social da UFES e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3508-5548>>. E-mail: rochesterlima@yahoo.com

¹ Trataremos como **acumulação flexível** o regime de produção e acumulação de capitais caracterizado pelo deslocamento da composição orgânica do capital, terceirizações e outras flexibilizações no mundo do trabalho e desregulamentação financeira, que passa a vigorar de forma dominante com o esgotamento dos chamados **Trinta Anos Gloriosos**, fortemente marcados por modelos industriais fordistas.

conceitos já existentes no campo da educação como o da **sociedade do conhecimento**², **pedagogia das competências**, e o principal enquadramento teórico que sustenta estas noções, a **Teoria do Capital Humano**, são fortalecidos na tentativa de estabelecer os novos paradigmas da relação entre formação e emprego, garantir a ênfase no desempenho individual dos estudantes, bem como sua adequação ao momento político e econômico do capital em crise estrutural. Neste contexto a educação superior no país passa por intenso processo de **mercadização**³, concebendo, no cenário de mundialização financeira e exacerbação de formas fictícias de capital (NAKATANI, 2006), o saber técnico-científico e a noção de que informações precisas e atualizadas são mais importantes, inclusive, que o próprio processo de produção e reprodução do capital a partir do trabalho humano.

Desta forma, procuraremos demonstrar como as políticas do governo federal para a educação superior no Brasil, desde o governo Fernando Henrique Cardoso – marco da adoção de políticas neoliberais –, acompanham tendências à privatização das funções acadêmicas atribuídas às instituições de ensino superior (IES). Em um cenário de financeirização e dívida, e da condição estrutural de dependência do Estado brasileiro, são adotados modelos gerenciais na administração de instituições públicas, bem como na constituição de seus currículos, atribuindo-os a importância de uma formação dedicada aos interesses do mercado.

Com o intuito de relacionar a dinâmica mundializada do capital, em prevalência de suas formas fictícias, com a atual conformação da educação superior no Brasil e seus impactos para os novos formatos e conteúdos para os currículos de graduação, este artigo tratará do que consideramos **determinantes estruturais** à concepção hegemônica da educação superior no Brasil, ou seja: 1) **reestruturação produtiva e acumulação flexível**; 2) neoliberalismo; e 3) **financeirização**. Em cada um destes itens buscaremos mediações entre discursos e estratégias que concebem a educação enquanto instrumento ao desenvolvimento do capital e sua repercussão sobre a política para a educação superior no Brasil, buscando identificar suas tendências e aspectos estruturais, sistematizando-as na conclusão do trabalho.

Reestruturação produtiva e acumulação flexível

Um dos marcos significativos a que vamos nos remeter para uma análise da redefinição das formas de manifestação predominantes do capital em escala mundial, bem como sua repercussão para as políticas sociais e econômicas diz respeito ao processo de reestruturação produtiva, como o processo de revolução tecnológica e organizacional da produção e reprodução de capitais que culminará no que Harvey (2003) denomina **acumulação flexível**. Não se trata, por óbvio, de uma definição cronológica. Não obstante, tal processo não pode ser considerado atemporal, sendo o início da década de 1970, em um momento agudo de queda nas taxas de lucro do capital, o período em que passa a se verificar mais intensamente respostas aos sinais de esgotamento de um padrão fordista de produção, confrontando-o através da

² Expressão amplamente utilizada por organismos internacionais multilaterais, especialmente o Banco Mundial em seus Relatórios de Desenvolvimento, sobre a qual trataremos mais adiante.

³ Termo utilizado por Brunner (2006) que explicita níveis de complexidade ainda mais abstratos em relação à privatização da educação, por considerar, sobretudo, a dificuldade na separação entre público e privado, tanto no âmbito do Estado, quanto em seu suposto opositor, o capital, noção da qual discordamos. Utilizamos esta expressão, portanto, para argumentar que a promiscuidade entre público e privado supera a simples privatização da gestão da educação no Brasil, mas possibilita uma verdadeira privatização de sua função social.

flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e dos padrões de consumo (HARVEY, 2003).

Responsáveis, em grande medida, por promover a transferência, no que tange à acumulação de capitais através da obtenção de renda, do setor produtivo para o setor de serviços, tais transformações, ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva, impactam a organização social do trabalho e a acumulação capitalista, além de redefinir estruturalmente o papel dos Estados nacionais, a concepção e o alcance das políticas sociais.

Mudanças tecnológicas, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de maior facilidade jurídica no controle do trabalho, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro de capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação na tentativa de retomar os índices de lucratividade global do capital. Isto desencadeou uma série de mudanças na organização industrial e da vida social e política na transição para um regime de acumulação marcado pela inovação na oferta de serviços financeiros, comerciais, tecnológicos e na organização do trabalho. Este novo momento reconfigura a relação entre Estado e capital e, por estar inserido em um cenário de aumento extraordinário nos índices de desemprego, consegue exercer pressões sobre organizações da classe trabalhadora, desarticulando-as de maneira irreversível.

A resposta do capital à sua crise estrutural envolveu, portanto, uma ofensiva privatista contra os setores produtivos estatais e a desregulamentação de seus mercados, um sofisticado processo de reestruturação da produção e do trabalho e a conjunção entre Estado e capital numa ofensiva contra as condições de trabalho estabelecidas após a II Guerra Mundial. O desemprego estrutural (em substituição ao friccional) e a derrocada das organizações sindicais como fator de organização da produção propiciou formas inéditas de organização da produção e reprodução do capital, desta vez em oposição vetorial à garantia de direitos trabalhistas. Promoveu o rebaixamento dos salários, o fim da segurança no emprego⁴, o aumento das subcontratações e terceirizações, bem como do trabalho temporário.

Inovações tecnológicas e novas formas de controle e execução do trabalho não surgem aí de maneira fortuita, mas são componentes fundamentais do novo processo de organização da produção e reprodução do capital em um cenário de franca desregulamentação das barreiras que poderiam inviabilizar seu fluxo intercontinental. Um padrão de acumulação flexível, contudo, exige novos tipos de organização do trabalho. O toyotismo, regime produtivo que surge no Japão após a II Guerra Mundial e que contribuiu para a retomada de altos níveis de crescimento econômico naquele país, passa a ter alguns de seus elementos constitutivos difundidos no ocidente com grande impacto, especialmente nos países de economia central no capitalismo mundial, mesmo que com relevantes níveis de adaptação aos diferentes espaços geográficos construções sociais, ao invés de uma forma padronizada.

Isto significou alterações significativas em suas concepções e políticas de proteção e seguridade social. Este cenário de transformações em diferentes dimensões da vida social fez com que houvesse uma ênfase ainda maior no saber técnico-científico, desde que produzido e vendido numa lógica mercadológica,

⁴ Este aspecto do paradigma keynesiano-fordista, embora real, deve ser especialmente retratado, por ter se consolidado fundamentalmente em um determinado período de tempo, os chamados **30 Anos Gloriosos** entre 1945 e 1973, e apenas em algumas experiências do Estado de Bem-Estar europeu, e cuja experiência foi possível graças a diferentes dimensões dos processos de subordinação política e econômica impostas pelo capital.

baseada na concorrência, e que informações precisas e atualizadas passassem a se tornar mercadorias extremamente valorizadas, a ponto de que sua centralidade no desenvolvimento do capitalismo viesse a fazer questionar a centralidade do próprio trabalho enquanto fundamento da produção de riquezas no atual modo de produção. Fortalece-se então o discurso da **sociedade do conhecimento**, que tem por premissa a própria desconstrução dos paradigmas teóricos, filosóficos e econômicos que concebem o capitalismo e seu fundamento na exploração da força de trabalho humana, fazendo com que termos como **sociedade pós-industrial, sociedade da informação, ou era informacional** se constituíssem como chaves da ação coletiva rumo ao desenvolvimento (SILVA, 2014).

No bojo da **sociedade do conhecimento** e as profundas alterações que promoveu nas funções econômicas dos processos de formação dos sujeitos está a **pedagogia das competências**⁵. Esta passa a ser o postulado do estreitamento da relação entre formação e emprego, pois se direciona a saberes adequados ao novo regime de acumulação ao prezar pela otimização do desempenho frente às rápidas e profundas transformações das demandas na sociedade após a derrocada do padrão taylorista-fordista e das mudanças na relação entre centro e periferia do capitalismo mundial.

A reestruturação produtiva, portanto, retoma princípios da Teoria do Capital Humano⁶, ajustando-os às novas características necessárias para a formação de força de trabalho e manutenção de ideologias que aprofundam a individualização e utilitarismo no processo educacional, já considerando a desintegração da promessa integradora do paradigma de desenvolvimento através do acúmulo de *stock* de saberes para o mercado (educação para o emprego) (GENTILI, 2002). A promessa integradora – de que significativa coesão social pudesse ser alcançada através da relação trabalho-educação – impulsiona a privatização das funções econômicas da escolaridade e a incorporação acrítica de concepções predominantes sobre desenvolvimento no cenário político e econômico do capitalismo contemporâneo.

A tirania do neoliberalismo como “única alternativa”

É a partir do advento do neoliberalismo⁷, contudo, que muitos preceitos da Teoria do Capital Humano assumem suas formações contemporâneas. A tirania do neoliberalismo como única alternativa para o desenvolvimento dos países utiliza-se do argumento de que suas medidas seriam as únicas viáveis aos processos de estagnação econômica, altos índices de inflação e a famigerada ineficiência dos Estados.

⁵ Conceitos mais aprofundados sobre a pedagogia das competências e sua função política e ideológica no capitalismo podem ser encontradas no trabalho de Marise Ramos (2001).

⁶ A base de sua sustentação concebe a educação como instrumento pelo qual indivíduos alcançam sua própria valorização e, herdando do liberalismo clássico a noção de que indivíduos em competição promovem o bem-estar coletivo, idealiza o processo educacional enquanto conjunto de requisitos técnicos a serem incorporados como forma de promoção do desenvolvimento das nações. Desloca-se, portanto, questões de caráter estrutural e coletivo, como desemprego e desigualdade social, para o âmbito individual e privado.

⁷ Os fundamentos teóricos do neoliberalismo podem ser remetidos à obra de Friedrich Hayek, ainda em meados da década de 1930, e seu apego ao postulado de que o mercado, desde que funcionasse de maneira livre de qualquer regulação externa, promoveria o **ótimo social**. Contudo, o debate teórico realizado pelo autor austríaco esteve restrito ao meio acadêmico até que, já num cenário de crise estrutural, houvesse condições objetivas para sua realização, a despeito de terem sido categoricamente rejeitados todos os seus princípios (PAULANI, 2008).

Passam a representar as medidas mais comuns a serem adotados por governos neoliberais a redução de gastos públicos e gastos sociais, flexibilizar e modernizar mercados laborais e redução da influência de sindicatos, diminuição do papel do Estado, incremento da produção de *commodities*, abertura aos mercados internacionais e privatizações. A partir da consolidação destas medidas na América Latina, já na década de 1990, a abertura dos mercados, ao mesmo tempo em que provocou o fechamento ou privatização de empresas nacionais ou estatais, promoveu a entrada a baixo custo de itens de consumo, caracterizando outra faceta das políticas neoliberais, com significativa aceitação popular, muito embora graças ao trabalho dos meios de comunicação (BRIEGER, 2002).

Apesar do aumento no número de pessoas, especialmente nas principais capitais latino-americanas, que obtiveram acesso ao que se considerava moderno ou primeiro mundista, os maiores segmentos populacionais continuavam à margem dos serviços e bens de consumo propagados como sinônimo do progresso (BRIEGER, 2002). O que se consolidou foi um bem-estar altamente custoso, a melhora de vida de uma minoria, a exclusão de uma maioria, e o aumento exponencial dos lucros privados.

O enfraquecimento das fronteiras nacionais é parte importante neste processo, e exigem a recusa da possibilidade de autoafirmação ou projetos de desenvolvimento dos Estados nacionais da periferia do capitalismo mundial. As burguesias nacionais, responsáveis por boa parte dos projetos desenvolvimentistas e nacionalistas no continente antes do advento do neoliberalismo e da emergência da chamada **globalização**, passam a estar desprotegidas por governos nacionais fortes (leia-se, inclusive, autoritários), configurando-se então como "burguesias que vivem de intermediar negócios de compra e venda de mercadorias no mercado internacional, de patrimônio público e privado e de ativos financeiros" (SAMPAIO Jr., 2009, p. 146), distantes de qualquer projeto de desenvolvimento nacional.

O campo ideológico do complexo neoliberal, entretanto, é marcado pela crença de que não existe uma crise estrutural no modo de produção capitalista, mas sim uma série de equívocos por parte dos agentes econômicos em competição. Há de se lembrar que não se considera a relação dispêndio de força de trabalho *versus* exploração. O retorno aos princípios do liberalismo econômico, em especial o livre mercado e sua capacidade de promover a liberdade individual, passa a ser a pedra fundamental do discurso do capitalismo em crise. Relacionam-se assim estas imbricadas dimensões – apenas didaticamente separadas – à medida que se propaga a noção de esvaziamento da estrutura do Estado na garantia dos direitos e promoção de infraestrutura produtiva.

As transformações estruturais que emergem da reestruturação produtiva, aliadas às premissas de rejeição dos Estados nacionais enquanto instrumentos de ação coletiva geraram aumentos extraordinários de desigualdade no continente latino-americano, incorporando e difundindo a noção de que reside no mercado o princípio organizador da vida social, a ponto de tratar igualdade e democracia – princípios burgueses fundamentais – como elementos nocivos à eficiência e prosperidade econômica e promovendo a naturalização do que se considera exclusão e outras diferentes formas de violência.

Os novos fundamentos do capitalismo em crise associam, portanto, elementos da **pós-modernidade** e do neoliberalismo. A negação de aspectos teóricos é fundamental nesse processo, através da **negação da objetividade**, emergindo em seu lugar um crescente **subjetivismo; da negação de que a razão possa captar processos continuados no movimento da história**, o que dá lugar a perspectiva das microrrelações, em espaços também restritos; **de que as**

instituições promovem o disciplinamento e restrição das liberdades, afirmando o fortalecimento de micro-poderes que devem reger a organização social; **da negação de categorias como universalidade, objetividade, ideologia**, que dão lugar à alteridade, subjetividade, descontinuidade e prevalência do privado sobre o público. Tais fundamentos são, em muitos sentidos, adequados ao constructo teórico do neoliberalismo e sua descrença em relação ao sentido de historicidade e da possibilidade de alterações sistêmicas na sociedade, caracterizando a tirania desta doutrina como única alternativa possível ao chamado subdesenvolvimento.

Por suposto, uma concepção contemporânea hegemônica do que é a educação e a organização das políticas educacionais pelos Estados e pela iniciativa privada acompanha os postulados neoliberais e organizam seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, ideológicos, éticos e teóricos. Considerando o movimento da realidade em sua manifestação dialética, ou seja, trazendo consigo para o presente os elementos que trouxera em sua constituição histórica, já há de se levar em conta aqui a organização da educação no Brasil em seu caráter elitista e dependente, e marcado, mais recentemente, pelos impactos da inserção do país no processo global de reestruturação produtiva, portanto sob a influência ideológica da sociedade do conhecimento e do fortalecimento da pedagogia das competências.

Com a derrocada do padrão **keynesiano-fordista** de acumulação e o advento da chamada **sociedade pós-industrial** (graças à emergência de novas tecnologias, informatização, microbiologia e da centralidade atribuída a informações precisas e velozes, bem como a apologética ao colapso do chamado socialismo real), Frigotto (2013) chama a atenção para a nova materialidade das relações intercapitalistas e a emergência dos princípios da **sociedade do conhecimento** e a retomada da relação entre Teoria do Capital Humano e **pedagogia das competências** à luz do neoliberalismo, já conectadas aos conceitos de **qualidade total, flexibilidade, trabalho participativo, cooperativo, em equipe e colaborativo, formação flexível, abstrata e polivalente**. Adiciona-se aí o discurso da falência e inoperância do Estado para atribuir ao setor privado protagonismo cada vez maior na definição dos processos educacionais.

No Brasil, as medidas de ajustes estruturais advindas do receituário neoliberal apresentaram-se no sentido de apontar a gestão do Estado em direção aos ditames do Consenso de Washington⁸. Tal processo provocou alterações estruturais na organização do Estado brasileiro, e teve, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), intensa aplicabilidade através do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), chefiado por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Neste período, estiveram em voga no Brasil as novas premissas do Banco Mundial (BM) para elaboração, execução e avaliação de políticas sociais, e dentre elas as políticas para a educação superior.

Sob a influência do BM, preconiza-se a garantia da seguridade social a partir de parcerias entre Estado e empresários, criticando o monopólio estatal dos serviços públicos e sugerindo o aproveitamento das “forças de mercado”, sem perder de vista que a elaboração, execução e avaliação destas empresas prestadoras de serviços públicos seriam administradas, também, a partir de critérios de produtividade e eficiência (LIMA, 2011). Trata-se de uma proposta de Estado, que deixa de ser provedor de direitos sociais, como educação, saúde, habitação, etc., para se tornar

⁸ Referência ao conjunto de políticas fiscais e monetárias que visavam à desresponsabilização dos Estados nacionais dos países latino-americanos de suas atribuições sociais e econômicas a partir do ano de 1990.

regulador do setor privado e dos interesses do mercado no provimento destes - agora não mais direitos - **serviços** (SGUISSARDI, 2010).

Neste contexto, a educação superior, parte do setor de serviços públicos, passa a ser identificada como uma atividade pública não-estatal, fazendo com que muitas de suas atribuições fossem privatizadas em seu processo de **contrarreforma**, além de apresentar-se como negócio rentável para companhias de serviços educacionais que passam a operar no país. Já assumindo conceitos e discursos da **qualidade**, porém num cenário de educação para o desemprego, constituem-se de forma definitiva os fenômenos da **educação-mercadoria e mercadoria-educação**. Trata-se, o primeiro termo, do crescimento sem precedentes da oferta de vagas privadas (especialmente na educação superior) e dos chamados serviços educacionais, enquanto o outro diz respeito à constituição cada vez mais evidente de uma racionalidade mercadológica-gerencial nos processos educacionais. Esta conjunção de elementos que acabam por se tornar indissociáveis entre si, evidenciando diferentes dimensões das transformações na educação no Brasil, sempre alinhadas com o projeto capitalista dominante.

No campo da educação superior, tema deste artigo, os dados nos informam que o que consideramos como dimensão da educação-mercadoria ou dos serviços educacionais, temos que, entre 2003 e 2012, o percentual de crescimento no número de IES privadas foi de 252%, número bem maior do que os 65% de crescimento de IES federais (SGUISSARDI, 2014). Importa destacar, ainda, que este crescimento é significativo especialmente quanto às IES privadas com fins de lucro. Em 2002, esta modalidade de representava aproximadamente 60% do total das instituições de ensino superior no Brasil, entre públicas e privadas. Ao final de 2012, as IES com fins de lucro representavam mais de 80% das cerca de 2.500 instituições de ensino superior no país, evidenciando que a expansão da educação superior no Brasil apoia-se no crescimento da oferta de cursos, vagas e instituições com fins de lucro.

Já na dimensão da mercadoria-educação ou racionalidade mercadológica, cresce a oferta, mesmo pública, de modalidades de graduação à distância, módulos semipresenciais, bacharelados interdisciplinares (SILVA, 2014), além de uma série de medidas características do cenário de precarização do espaço público e que promovem a competição interna nas instituições federais de ensino superior, tanto entre docentes quanto entre estudantes.

Financeirização e intensificação do caráter de dependência

Pretendemos colocar em questão as recentes tendências para a educação superior no Brasil defrontando-as com cenário de exacerbação do volume de capital especulativo parasitário (NAKATANI, 2006), configurando outro importante fator para a conformação das políticas pelo Estado brasileiro. Este cenário contribui para a intensificação da utilização do mecanismo da dívida pública e faz dirimir as diferenciações entre as dívidas de diferentes naturezas, mas, principalmente, fazem com que o papel dos Estados em sua vinculação com a dívida seja cada vez mais fundamental.

Dotada de historicidade e intrinsecamente vinculada à própria existência dos Estados nacionais burgueses, a dívida pública deixa de ser um ente genérico entre relações comerciais passando a assumir formas autônomas e diversificadas. Num cenário de crise estrutural, que caracteriza o estágio de desenvolvimento do

capitalismo sob marcos da reestruturação produtiva como alternativa à derrocada do padrão **keynesiano-fordista**, constructos ideológicos, políticos e de elaboração de políticas econômicas tendem a aparecer de maneira mais evidente, a ponto de que:

[...] a partir da década de 1980, o capital e seus ideólogos, e entre eles também os economistas, passaram a acreditar terem encontrado, na prática, uma fórmula mágica para garantir a geração de riqueza econômica, sem necessidade de utilização do trabalho humano. Alguns chegam a pensar até que o capital terminará não mais necessitando da força de trabalho para produzir riqueza e excedente, de maneira a garantir a rentabilidade exigida pelo capital. O trabalho teria, portanto, perdido centralidade; a tecnologia, a informação e o domínio do conhecimento foram alçados à categoria de entes mágicos capazes de tudo e objetos de adoração (CARCANHOLO, 2009, p. 49).

Isto indica que a especulação financeira, causa da mais recente manifestação da crise do capital e cujos fundamentos podem ser remetidos aos últimos 30 anos do século XX, não significa um desvio no sistema, um defeito seu, mas uma tentativa de solução, um remédio para sua enfermidade estrutural: a tendência à queda da taxa de lucro (CARCANHOLO, 2009). A perspectiva ideológica dominante que sustenta este novo período do capitalismo mundial subverte o lastro real, concreto do trabalho e da exploração do trabalho, em um cenário em que as relações sociais, os espaços geográficos e o próprio trabalho passam a ser vistos como **imateriais** (HUWS, 2011). Admite-se, por suposto, mudanças estruturais na organização do mundo do trabalho e nas formas como isto reverbera no conjunto das relações sociais, entretanto, argumenta-se que é bastante relevante o elemento ideológico na construção deste senso comum do mundo imaterial, bastante fomentado por discursos estabelecidos por intelectuais e gestores de importantes instituições econômicas no capitalismo contemporâneo, acabando por se tornar argumento e abordagens teóricas da pós-modernidade (HUWS, 2011). O aporte ideológico de sustentação das novas formas de sociabilidade aparece, assim, como condição necessária para o desenvolvimento do capital no contexto de finança **mundializada**.

A racionalidade formal burguesa, que subverte conceitos e categorias conformando a racionalidade **operacional**, configura, então, uma **irracionalidade substantiva**, num processo de mistificação completa do capital, ou seja, das relações sociais de produção. O processo em curso do desdobramento histórico do capital, argumenta Mézáros (2009), produz “equações absurdas, porém universalmente estipuladas e aceitas”, por obter êxito formidável na compreensão mistificada de que o capital significa não mais do que dos meios de produção, bem como na concepção reificada de que o trabalho é igual ao trabalho assalariado:

As transformações formais que apareceram a se consolidaram na realidade – e que são agora necessariamente assumidas como dadas, como sendo a estrutura autoevidente da ação racional – são também muito eficazes em ocultar a mudança da substância em suas raízes. Ao mesmo tempo, revelam-se muito eficazes em ocultar também o caráter (ou substância) social específico da “racionalidade operacional” dominante. Ademais, junto com a substância social específica dessa “racionalidade” problemática, também sua especificidade histórica desaparece completamente de vista (MÉSZÁROS, 2009, p. 39).

Este complexo político, ideológico e material, dialeticamente constitui-se como fruto e condição de existência de um modelo de acumulação baseado na exacerbação das formas autônomas mais fetichizadas de capital, característica do modo de

produção em sua fase mais atual, apesar de que esta trajetória não se inicia apenas após o fim dos chamados 30 Anos Gloriosos. Através de inovações e técnicas financeiras, ganham força no mercado financeiro internacional os derivativos, ou títulos derivados de outros títulos, e que supõem a transferência do risco sobre a tendência desconhecida dos preços que irão vigorar no futuro. A diminuição dos riscos através da diluição de contratos em milhares de derivativos manifesta-se, então, apenas na aparência, já que as variadas combinações que podem ser realizadas para estas operações permitem a realização de especulações com valores bastante menores do que os valores dos contratos. Se concebermos as apostas nos preços das ações de empresas e nas consequências de alterações de bases monetárias encaminhadas pelos governos dos países, temos aí enorme quantidade de capital fictício sendo despejada no mercado internacional.

Aos países chamados subdesenvolvidos cabe, portanto, produzir superávits comerciais para o pagamento dos juros da dívida, fazendo com que o volume de dólares que entram e saíam de suas fronteiras fossem devolvidos aos países centrais da economia capitalista, estando o Estado brasileiro circunscrito definitivamente neste circuito do capital a partir da década de 1990, concebendo a dívida pública tão somente como ineficiência na alocação de recursos, e sua redução, ou sustentabilidade da dívida, na completa subordinação da política fiscal do país.

Isto se materializa na política do governo federal para a educação superior através de diversas frentes, com destaque para aumento significativo de alocação de recursos do governo federal em IES privadas, em um momento em que as valorizações de grandes conglomerados de setor educacional veem suas ações em operações financeiras desregulamentadas nas bolsas de valores gerarem lucros extraordinários (SGUISSARDI, 2014). Organismos internacionais multilaterais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, através de seu órgão de investimento, a International Finance Corporation (IFC), a Organização Mundial do Comércio (OMC), UNESCO, Fundo Monetário Internacional, além de intelectuais e gestores de grandes companhias globais, voltam a afirmar a educação superior (ou, no termo que consideram adequado, **educação terciária**), como um dos mais importantes eixos para a construção de sociedades democráticas. São veementemente criticadas as práticas de gestão cujas fontes de financiamento predominantes são de origem dos governos dos países (ou, como ressalta, dos contribuintes), afirmando é necessária a implantação do *cost sharing*, ou a partilha dos custos, a fim de que governo (ou contribuintes), família, estudantes e filantropos sejam responsáveis pelo financiamento da educação superior.

Este modelo de financiamento pressupõe também um perfil de estudantes, cujas inclinações pela independência financeira e exercício da liberdade individual não deve ter intervenção por parte de subsídios de governo. A participação deste último deve ser meramente residual, suplementar. A filantropia ou o setor privado devem, segundo esta perspectiva, potencializar a individualidade do estudante, inculcando nele, simultaneamente e de maneira natural, o sentimento de **pertencimento a um mundo que ainda está por vir, o mundo do trabalho**. No Brasil, dois grandes programas oficiais representam esta perspectiva de gestão compartilhada e focalizada da educação superior: o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e o Pronuni.

Também neste contexto é retomada a perspectiva do “capital humano” (ou a autorreprodução do conhecimento presente na força de trabalho) como uma das categorias tomadas como fundamentais para a afirmação de que o crescimento do chamado setor de serviços evidencia a economia imaterial. Nesta categoria aparece a educação – seja através de discursos oficiais, metas institucionais ou cartilhas de

organismos internacionais multilaterais –, o treinamento e alguns tipos de pesquisa e desenvolvimento. Para a autora, os meios utilizados no processo educacional que permitem desenvolver o capital humano constituem-se em mercadorias cujo conteúdo é abstrato, por vezes genérico e padronizado, mas que ainda assim deve-se atentar para o fato de que, nestas mercadorias, o trabalho não desapareceu, como buscam justificar muitos dos atuais ideólogos do capital, dentre eles os vinculados a grandes conglomerados corporativos do campo educacional. Huws (2011) contesta, afirmando que:

[...] mesmo se os trabalhadores mais criativos e originais (e talvez daí os mais incômodos) pudessem, de alguma maneira, ser esvaziados de todo o conhecimento que seus empregadores achassem útil, e dos quais pudessem se livrar; uma força de trabalho (incluindo as pessoas criativas e originais) ainda seria necessária, embora o resto do processo de trabalho tivesse se tornado desqualificado e intensificado para reabastecer o estoque de capital intelectual, produzir novas mercadorias educacionais e administrar os novos cursos padronizados, também em doses normatizadas, para a nova geração de estudantes (HUWS, 2011, p. 34).

Considerações finais

Num cenário de crise estrutural do capital, os conceitos combinados de educação e trabalho são deslocados até a noção de treinamento e emprego, e encontram, aí, um arcabouço teórico e metodológico no campo educacional que passa a ser, também, difundido e fortalecido: a pedagogia das competências, adequando a formação, em todos os níveis das políticas educacionais oferecidas por Estado ou mercado, às transformações no mundo do trabalho sob o regime de acumulação flexível. Neste contexto, a difusão ideológica da sociedade do conhecimento constitui-se como discurso e procedimento valioso para o desenvolvimento das nações sob a égide da Teoria do Capital Humano, que versa sobre os benefícios econômicos, sociais, culturais e políticos da realização educacional individual, desde que orientada intensificação da exploração e acumulação capitalista.

Estes novos paradigmas extrapolam as tradicionais instituições escolares e alcançam a educação superior, fundamentando, inclusive, aspectos de sua reorganização. Ganham destaque as recentes medidas de diferenciação e diversificação das IES; formação flexível, polivalente e interdisciplinar (e a exaltação aos bacharelados interdisciplinares); a incorporação de currículos advindos de propostas de organismos internacionais multilaterais, capitaneados pelo Projeto Tuning América Latina (com instituições parceiras no Brasil); a valorização do aprender a aprender no ambiente acadêmico; os novos contratos de gestão e princípios de *accountability*, com previsão de diversificação das fontes de financiamento dos cursos, entre muitos outros elementos que marcam a educação superior no Brasil.

Os elementos apontados no texto indicam, pelo próprio percurso metodológico, tendências que se materializam de forma mais ou menos eficazes na reprodução da vida social. Isto porque não se pode deixar de considerar os significativos processos de resistência pela comunidade acadêmica em geral, movimentos sociais e legislações que surgem destas lutas. Avanços e retrocessos constituem a práxis em direção a um projeto alternativo de educação superior, e é o próprio movimento contraditório da realidade quem possibilita a ocupação de espaços na educação superior que durante a maior parte da história do Brasil estiveram restritos apenas a uma pequena elite, antes colonial, e mais recentemente,

vinculadas às diferentes frações da burguesia. Destacam-se, nesse período, a participação popular para a construção dos Planos Nacionais de Educação, diferentes políticas afirmativas (para reserva de vagas de ingresso na educação superior ou no interior das mesmas), o aumento no número de docentes e o incentivo à qualificação em programas de pós-graduação, entre outras medidas decisivas para o campo da educação no país.

Contudo, se “toda universidade produz consequências dinâmicas e certa espécie de rendimento, relacionando-se, assim, com o padrão e ritmo do desenvolvimento da sociedade global” (FERNANDES, 1979), evidencia-se o caráter intrinsecamente conectado entre o desenvolvimento do capitalismo global, as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e as características assumidas para a educação superior pública neste país. As universidades, portanto, não possuem condições estruturais de projetar idealmente qualquer tipo de superação da sociedade de classes antes que se perceba que são, elas mesmas, mecanismo fundamental na manutenção desta sociabilidade. Entretanto, no interior das mesmas, reproduz-se o movimento contraditório da realidade, expressando, por exemplo, a luta de classes e a manutenção e as distintas alternativas de combate às opressões. É, por isso, na apreensão do potencial contraditório do movimento dialético da realidade que encontraremos os elementos para a superação da ordem do capital, em todos os campos da vida social, e também, por óbvio, nas universidades brasileiras.

Referências

BRIEGER, P. De La década perdida a la década del mito neoliberal. In: GAMBINA, J. (Org.). **La globalización económico-financiera**: su impacto en América Latina. 2ª Ed. Buenos Aires: CLACSO, septiembre de 2002.

BRUNNER, J. J. Mercados **Universitarios**: ideas, instrumentaciones y seis tesis en conclusión. Santiago, março de 2006. Disponível em: <http://www.brunner.cl/wp-content/uploads/2012/12/%C2%A0MERCADOS-UNIVERSITARIOS_2006.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

CARCANHOLO, R. A atual crise do capitalismo. **Crítica Marxista**, n. 29, p. 49-55, 2009.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 19ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GENTILI, P. Três teses sobre trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

HARVEY, D. **A condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LIMA, K. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF**. 2011. Disponível em: <http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.

HUWS, U. Mundo material: o mito da economia imaterial. **Revista Mediações**, Londrina, v. 16, n. 1, janeiro-junho de 2011, p. 24-54.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NAKATANI, P. **O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital**. Simpósio internacional sobre dívida pública. Observatório Internacional da Dívida. Caracas, setembro de 2006.

PAULANI, L. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômica. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAMPAIO JR., P. A. Capitalismo do Século XXI: crise e barbárie. In: SAMPAIO JR., P. (Org). **Capitalismo em crise**: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

SILVA, A. F. **Reuni entre a expansão e a reestruturação: uma abordagem da dimensão acadêmico-curricular**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SGUISSARDI, V. Mercantilização e Intensificação do Trabalho Docente: traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje. In: LÓPEZ SEGRERA, F.; RIVAROLA, D. (Orgs.). **La universidad ante los desafíos del siglo XXI**. Assunción: Ediciones y arte S.A., 2010, p. 295-317.

SGUISSARDI, V. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil – 2002-2012**. Brasília: Edital n. 051/2014 SESU. Projeto de Organismo Internacional – OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

Submetido em: 30/08/2018.

Aprovado em: 24/05/2019.